



Relatório & Contas 2022

SGF

De poupança
sabemos nós

Índice

Factos Relevantes Ocorridos	4
Princípios Orientadores da SGF	6
Envolvente Macroeconómica	7
Desenvolvimento Comercial	14
Carteira sob gestão	15
Rendibilidades	17
Área Atuarial, Risco e Compliance	18
Resultados	19
Margem de solvência	20
Aplicação de Resultados	21
Perspetivas futuras	22
Considerações Finais	23
Conclusão/Agradecimentos	24
Demonstrações Financeiras	27

Relatório de Gestão do Exercício de 2022

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Factos Relevantes Ocorridos

Na SGF, o ano de 2022 fica marcado pela fusão com a Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação desta na SGF, permitindo reforçar a posição desta sociedade gestora no mercado nacional.

Fruto de um trabalho árduo e consistente, a SGF aproxima-se cada vez mais do seu objetivo de se tornar a Entidade Gestora de referência no mercado português com competência amplamente reconhecida ao nível da qualidade do serviço prestado aos seus clientes.

O ano foi especialmente difícil para os mercados financeiros, que registaram quedas significativas nas principais classes de ativos. Depois de um ano anterior bastante exuberante, o sentimento do mercado começou a mudar logo no início de 2022 tendo continuado negativo até ao final do ano.

Da mesma forma que os mercados tinham beneficiado dos estímulos fiscais e, sobretudo, dos estímulos monetários em resposta à crise pandémica, é precisamente na alteração das políticas monetárias da maioria dos bancos centrais que se pode identificar a causa principal da mudança de direção.

As taxas de inflação em máximos de décadas, perspetivas de desaceleração económica e as políticas restritivas dos bancos centrais (a FED subiu taxas sete vezes num total de 425 pontos base e o BCE quatro vezes num total de 250 pontos base) influenciaram negativamente o comportamento dos mercados financeiros.

2022 será especialmente lembrado pela guerra na Ucrânia, que se iniciou com a invasão russa em 24 de fevereiro. O conflito acabou por agravar algumas das dinâmicas que já se iam instalando, como a subida dos preços e o aumento do risco geopolítico a nível mundial. A resposta do Ocidente acabou por ser mais coesa do que se poderia prever, isolando a Rússia. Por outro lado, a relação entre a China e os EUA continuou a degradar-se, o que colocou pressão sobre os ativos chineses, num contexto em que a Covid-19 havia já afetado fortemente a economia daquele país.

Num contexto de elevada volatilidade, a SGF procurou sempre as melhores soluções de investimento, tendo por base os princípios de preservação de capital, transparência, liquidez, orientação para o cliente e independência que regem a sua atividade, primando por fazer a diferença ao nível das rentabilidades apresentadas.

O resultado da nossa estratégia refletiu-se nas posições alcançadas no ranking das rentabilidades da APFIPP, com nove dos nossos Fundos no Top 3 das classes que integram:

- no nível de risco 3:
 - PPR SGF Poupança Garantida (1º) e PPR SGF Poupança Conservadora (2º)
 - FPA SGF Reforma Garantida (1º), FPA SGF Reforma Conservadora (2º) e FPA SGF Reforma Equilibrada (3º)
- no nível de risco 4:
 - PPR SGF Poupança Equilibrada (1º), PPR SGF Poupança Ativa (2º)
 - FPA SGF Square Ações (1º)
- no nível de risco 5:
 - PPR SGF Poupança Dinâmica (1º)

Fruto do trabalho desenvolvido, a SGF registou um crescimento de 75% dos ativos geridos face ao decréscimo de 12% apresentado pelo mercado, com um aumento do volume sob gestão na ordem dos 82,5 milhões de euros e com uma captação de 2.551 novos clientes. A SGF congratula-se por ser a única Entidade Gestora a encerrar 2022 com aumento dos ativos sob gestão!

Ao nível das linhas de negócio destacamos o excecional crescimento de 26% alcançado nos PPR, num ano em que o mercado apresentou um decréscimo de 2%. Já nos Fundos de Pensões Abertos, a SGF cresceu 74%, quando o mercado decresceu 5%. Por sua vez, nos Fundos de Pensões Fechados, fruto fusão com a Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, a SGF apresentou um crescimento superior a 150%, face ao decréscimo sofrido pelo mercado de 13%.

Reforçamos a continuidade do investimento no projeto de desenvolvimento tecnológico da SGF com o “Product Discovery”, cujos impactos se irão começar a sentir no primeiro trimestre de 2023.

Numa situação tão difícil e exigente, é de assinalar que mais uma vez a SGF, apresentou resultados positivos, fortalecendo o ciclo iniciado em 2019 e que, estamos convictos que se mantenha, numa clara demonstração do que é possível obter quando se junta uma excelente equipa, com uma estratégia de gestão altamente profissional e dedicada.

Princípios Orientadores da SGF

A missão que a SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rendibilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência – Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.

Envolvente Macroeconómica

Guerra e tensões geopolíticas crescentes

O ano 2022 ficará, de forma incontornável, para sempre associado à invasão da Rússia à Ucrânia, na madrugada de 23 para 24 de fevereiro. Mais do que um conflito armado no leste europeu, a guerra transformou-se num combate pela democracia e colocou a questão da defesa nacional no centro político de vários países. Os EUA juntaram-se à Europa numa condenação conjunta do ataque, por via da adoção de pesadas sanções económicas (de forma a limitar a economia russa e a comprometer o financiamento do regime de Putin) e a NATO viu o seu papel e importância reforçados, sobretudo após Finlândia e Suécia, dois países historicamente neutros, terem demonstrado vontade de aderir à Aliança Atlântica.

Perante o apoio mundial à Ucrânia, não só em termos políticos, mas também financeiros e militares, a Rússia retaliou, limitando os fornecimentos de gás aos países da União Europeia, situação que se refletiu, quase de imediato, num disparo dos preços dos bens energéticos. Assim, com o gás em níveis máximos, os custos da eletricidade dispararam, o que colocou maior pressão nos preços e atirou a inflação para valores recorde: em outubro, a taxa de inflação superou, pela primeira vez na Zona Euro, os dois dígitos (10.2%) e atingiu o valor mais alto desde maio de 1992. Apesar de, desde então, a inflação ter recuado de forma sustentada, tanto na Europa, como nos EUA, a mesma permanece ainda em níveis historicamente altos, sendo de esperar que a mesma apenas em 2024 convirja para a meta de 2% de FED e BCE.

Atuação dos principais Bancos Centrais mundiais

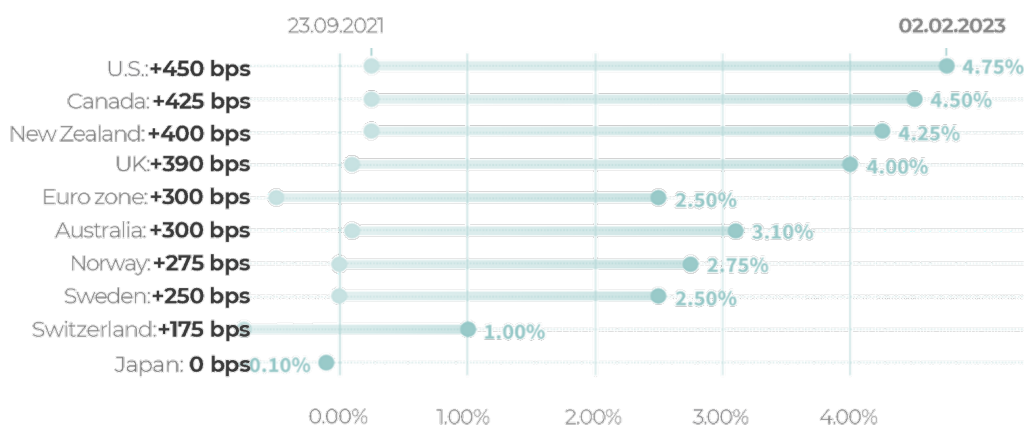
Ao longo de 2020 e 2021, anos marcados por uma crise pandémica mundial e um contexto económico extremamente desafiante, assistiu-se a uma massiva intervenção dos principais bancos centrais que, num esforço coordenado, implementaram um conjunto de políticas monetárias expansionistas, de forma a sustentar os efeitos económicos dos confinamentos e, numa segunda fase, impulsionar a retoma económica. Os bancos centrais foram globalmente bem sucedidos e a economia global registou uma notória recuperação, mas à entrada de 2022 mantinham-se as perturbações nas cadeias de fornecimento globais ainda decorrentes da pandemia Covid-19 (que se refletiram na escassez de matérias-primas e num forte aumento dos custos de transporte) às quais se adicionaram os constrangimentos decorrentes da guerra na Ucrânia. Esta conjugação acentuou as escaladas nos preços de bens e serviços que já se vinha a registar desde meados de 2021 e o subsequente descontrole da inflação nas principais economias ocidentais.

Para responder a este acréscimo expressivo da inflação, as principais instituições de política monetária alteraram a sua retórica e assumiram uma postura agressiva para controlo do nível de preços: a 16 de março a Reserva Federal dos EUA (FED) subiu as taxas de juro de referência, pela primeira vez desde 2018, dando desde logo a entender que este seria apenas o início de um longo ciclo de aperto monetário. No conjunto do ano de 2022, a FED subiria as taxas diretoras por mais seis vezes, num total de 425 pontos base. De notar que, na última reunião de 2022, Jerome Powell sinalizou que as taxas de referência deverão continuar a subir em 2023, para valores acima de 5%, reconhecendo serem necessárias mais evidências de que a tendência ascendente nos preços já sofreu efetivamente uma inversão, para que este ciclo de acréscimos termine. De igual forma, os números da inflação também forçaram o Banco Central Europeu (BCE) a atuar, embora mais tardiamente. Assim, a 21 de julho a instituição monetária aumentou a taxa de juro em 50 pontos base, o primeiro acréscimo em mais de dez anos. De notar que, ao longo de 2022, o BCE aumentou as taxas de referência por quatro vezes, num total de 250 pontos base – o aperto monetário mais rápido da instituição até à data.

Mas FED e BCE não estiveram sozinhos na adoção de políticas monetárias crescentemente menos expansionistas / mais restritivas ao longo de 2022:

A corrida para aumentar as taxas

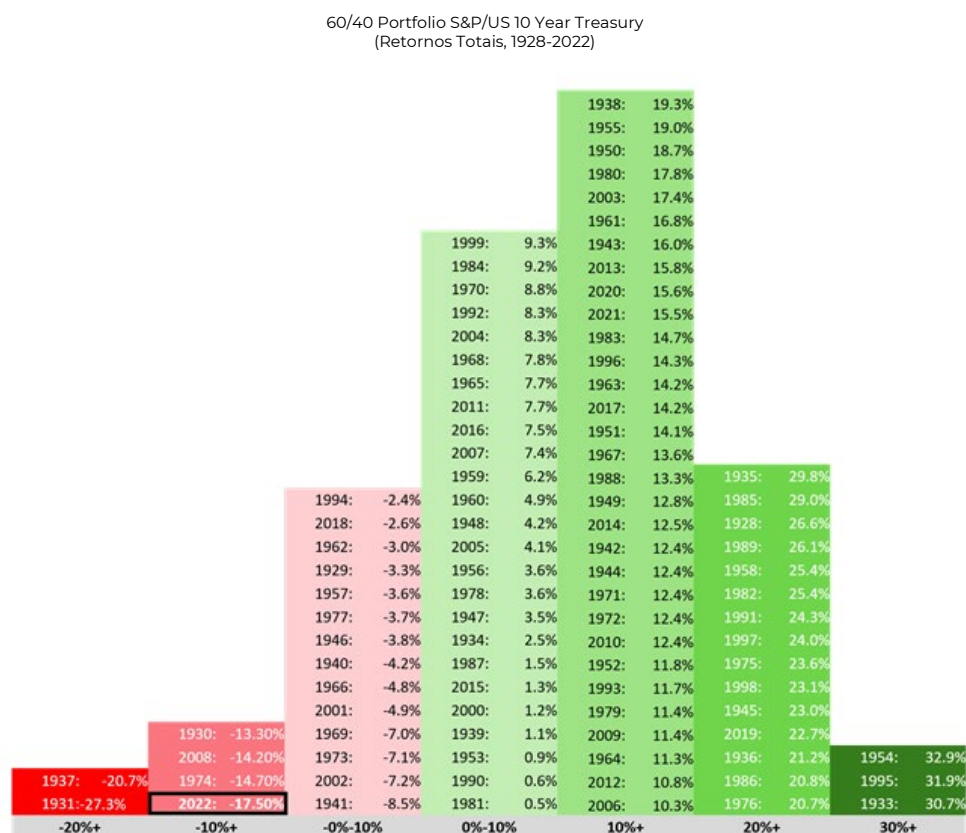
Mudança nas taxas diretoras pelos bancos centrais responsáveis pelas 10 moedas mais negociadas desde o início do ciclo de aumento de juros em setembro de 2021.



Fonte: Refinitiv Datastream | Reuters. Feb. 2, 2023 | By Vincent Flasseur

A postura dos bancos centrais, que continuaram sempre focados nas políticas de combate à inflação e sem dar qualquer sinal de recuo mesmo perante a possibilidade da entrada em recessão, acabou por influenciar negativamente o comportamento dos mercados financeiros ao longo de 2022. Com taxas de inflação em máximos de várias décadas e perante as perspetivas de desaceleração económica acentuada, o ano terminou com desvalorizações muito significativas

dos principais mercados acionistas mundiais: na Europa, o Stoxx 600 registou uma queda superior a 10%, enquanto nos EUA, o Nasdaq 100 desvalorizou, aproximadamente, 30%, a queda anual mais significativa desde 2008, ano de falência da Lehman Brothers. Pior ainda foi a reação dos mercados obrigacionistas, particularmente no segmento do Tesouro, que registaram perdas sem paralelo em muitas décadas. Estas perdas muito significativas em simultâneo nos mercados acionistas e nos mercados obrigacionistas traduzem-se em que 2022 tenha sido um dos piores anos de sempre para os investidores de carteiras balanceadas:



2022 mercado por abrandamento económico

No decurso de 2022, a economia mundial foi fustigada por vários choques que atenuaram o ritmo de crescimento e continuarão a pesar sobre as perspetivas mundiais.

Na zona euro, a desaceleração da atividade económica em 2022 foi impulsionada pelo abrandamento da procura e pelo início de um ciclo de política monetária restritiva no início de 2022. Ainda assim, a flexibilização das restrições relacionadas com a pandemia e dos estrangulamentos na cadeia de abastecimento desde a primavera, juntamente com a queda dos preços dos produtos energéticos, apoiou, em parte, a atividade da região, evitando abrandamentos mais significativos. No conjunto do ano, o produto interno bruto (PIB) da zona

euro cresceu 3.4%, suportado sobretudo por um mercado de trabalho robusto (a taxa de desemprego permanece nos 6.6%, próxima do nível mais baixo desde 1998) e níveis elevados de poupanças acumuladas pelas famílias durante a pandemia. Acresce mencionar que, no ano, as pressões sobre os preços continuaram elevadas, num contexto de procura ainda relativamente robusta e de manutenção de preços altos no segmento de produtos alimentares. Ainda assim, espera-se que estas pressões continuem a diminuir, de forma gradual, com a estabilização dos mercados de matérias-primas e o enfraquecimento do crescimento. De notar que, após o pico registado em outubro, a inflação recuou, em dezembro, para 9.2%, principalmente na sequência da menor inflação dos preços dos produtos energéticos. Para 2023, não obstante a manutenção dos atuais desafios à evolução da atividade económica da área do euro, espera-se uma contração da atividade relativamente curta e superficial, limitada pela atual resiliência do mercado de trabalho e medidas orçamentais adicionais para amortecer o impacto da subida dos preços dos produtos energéticos nos consumidores e nas empresas, no curto prazo.

Nos EUA, após dois trimestres de contração moderada, a economia regressou ao crescimento, mas a procura interna subjacente permaneceu fraca. No ano, a economia norte-americana expandiu 2.1%, um valor que representa menos de metade da leitura de 5,9% do ano de 2021. Numa análise prospetiva, antecipa-se que a procura interna permaneça moderada, uma vez que a inflação elevada e as condições financeiras mais restritivas continuam a reduzir o rendimento disponível real das famílias e a restringir o consumo privado, enquanto uma queda acentuada do início da construção de novas habitações associada a uma menor acessibilidade dos preços da habitação e à subida das taxas hipotecárias deverá pesar sobre o investimento residencial. Em dezembro, a inflação abrandou mais do que o esperado, situando-se em 6.5%, mas espera-se que permaneça mais persistente em 2023 devido à pressão em sentido ascendente da inflação dos preços dos serviços (por exemplo, rendas elevadas).

Últimas projeções de crescimento do World Economic Outlook

	Estimativas	Projeções	
	2022	2023	2024
(real GDP, annual percent change)			
World Output	3.4	2.9	3.1
Advanced Economies	2.7	1.2	1.4
United States	2.0	1.4	1.0
Euro Area	3.5	0.7	1.6
Germany	1.9	0.1	1.4
France	2.6	0.7	1.6
Italy	3.9	0.6	0.9
Spain	5.2	1.1	2.4
Japan	1.4	1.8	0.9
United Kingdom	4.1	-0.6	0.9
Canada	3.5	1.5	1.5
Other Advanced Economies	2.8	2.0	2.4
Emerging Market and Developing Economies	3.9	4.0	4.2
Emerging and Developing Asia	4.3	5.3	5.2
China	3.0	5.2	4.5
India	6.8	6.1	6.8
Emerging and Developing Europe	0.7	1.5	2.6
Russia	-2.2	0.3	2.1
Latin America and the Caribbean	3.9	1.8	2.1
Brazil	3.1	1.2	1.5
Mexico	3.1	1.7	1.6
Middle East and Central Asia	5.3	3.2	3.7
Saudi Arabia	8.7	2.6	3.4
Sub-Saharan Africa	3.8	3.8	4.1
Nigeria	3.0	3.2	2.9
South Africa	2.6	1.2	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	3.8	4.0	4.1
Low-Income Developing Countries	4.9	4.9	5.6

Política internacional

No Reino Unido, Boris Johnson demitiu-se da liderança do governo britânico e do partido conservador lançando o país numa das maiores crises políticas das últimas décadas. Seguiu-se

Liz Truss, que permaneceu no cargo apenas 45 dias. A 24 de outubro, Rishi Sunak foi o escolhido pelos deputados do partido conservador como único candidato para suceder a Truss e assumir o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido, num período particularmente desafiante para o país: nos últimos meses, tem-se assistido a um enfraquecimento das perspetivas para a atividade económica, num contexto em que a elevada inflação, as condições financeiras restritivas, o aumento do custo dos empréstimos hipotecários e a consequente debilidade do mercado imobiliário, estão a travar o consumo e o investimento privado de forma significativa. Em 2022, a economia do Reino Unido cresceu 4%, desacelerando após um crescimento de 7.6% em 2021, mas evitando, ainda assim, uma recessão técnica.

Paralelamente, a manutenção das pressões salariais está a contribuir para a persistência da inflação interna, com as pressões nos níveis de preços a demonstrarem-se mais resistentes do que o inicialmente esperado pelas autoridades políticas e monetárias. Nesse sentido, o Banco de Inglaterra (BoE) continua a acompanhar de perto os dados de inflação, a par do crescimento dos salários, as duas mais importantes variáveis para a definição do curso da política monetária. Em 2022, o BoE aumentou a taxa de juro de referência por sete vezes, num total de 350 pontos base, mantendo, para 2023, uma atitude *hawkish* na contenção das pressões inflacionistas, o que se deverá traduzir numa política monetária restritiva, pelo menos na primeira metade do ano.

China

A primeira metade do ano, na China, foi marcada por inúmeras vagas de infeções por Covid-19, o que levou as autoridades políticas do país a estenderem as rígidas medidas de contenção da doença, com impactos negativos na evolução económica e no dinamismo do mercado interno.

Contudo, em dezembro, o governo chinês inverteu inesperadamente a sua política de “Covid Zero” e levantou a maior parte das restrições associadas à pandemia. Adicionalmente, as políticas de apoio anunciadas pelo governo do país, no final de 2022, estão a revelar-se na resiliência do investimento em infraestruturas e no crescimento do crédito. De notar, ainda, que o Banco Central da China permanece comprometido com a adoção de medidas que promovam a recuperação económica em 2023, anunciando que trabalhará no sentido de reduzir os custos de financiamento de famílias e empresas, ajudando a expandir o consumo. Assim, e ainda que se espere que, numa primeira fase, o impulso da reabertura da economia seja ligeiro, com a melhoria do sentimento dos consumidores e dada a expectativa de que se assista a uma rápida recuperação do consumo interno, durante o primeiro semestre deste ano, o ano de 2023 deverá ser marcado por uma significativa aceleração do crescimento da economia chinesa, depois de em 2022 o PIB do país ter abrandado para 3%, ficando aquém da meta de 5.5% definida pelas autoridades de Pequim.

Portugal

A economia portuguesa enfrentou vários desafios durante 2022, incluindo, nos primeiros meses do ano, a crise pandémica Covid-19, que obrigou a manutenção de algumas medidas de confinamento da população, e a incerteza política, num ano marcado por eleições legislativas antecipadas.

No aspeto político, a 30 de janeiro, o PS vence as eleições legislativas com maioria absoluta. Rui Rio anuncia a sua saída do PSD e o CDS deixa de ter representação parlamentar. Contudo, aos longo de quase nove meses de governação, sucederam-se os casos e polémicas, todos gerados dentro do próprio Executivo.

Do ponto de vista económico, no conjunto de 2022, o PIB de Portugal registou um crescimento de 6.7%, o mais expressivo desde 1987, impulsionado pela aceleração do consumo privado e pela resiliência demonstrada pelo mercado laboral: em 2022, a taxa de desemprego ascendeu a 6%, evidenciando uma queda face ao ano anterior. De notar que o setor do turismo, um dos principais pilares da economia portuguesa, apresentou uma recuperação expressiva durante o ano: No conjunto do ano (dados preliminares), os proveitos do setor do alojamento turístico cresceram 115%, em resultado de um crescimento de mais de 80% no número de hóspedes e no número de dormidas.

Por fim, uma nota para o setor imobiliário que, em 2022, se manteve dinâmico, com o crescimento das transações imobiliárias a comprovar a resiliência do setor, mesmo num cenário de incerteza e de muitos desafios. De notar que, mesmo num contexto de aumento da inflação e de subida significativa nas taxas de juro, com impactos diretos no custo de vida das famílias e no seu rendimento disponível, a procura por habitação permaneceu robusta, superando inclusive os níveis de oferta existente, sobretudo nos principais centros urbanos. Os preços das casas em Portugal continuaram a subir e os dados mais recentes (da Confidencial Imobiliário) revelam que, em 2022, as casas à venda ficaram quase 19% mais caras, face ao ano anterior (registando, assim, o maior aumento desde 1991).

Em 2023, a subida dos juros nos empréstimos à habitação, e o menor poder de compra associado à alta inflação que se faz sentir, poderão enfraquecer a procura de casas e, por conseguinte, abrir caminho para uma ligeira correção no crescimento dos preços e do número de transações.

Desenvolvimento Comercial

Em termos comerciais manteve-se o objetivo de aumentar o número de clientes continuando a reforçar a importância da poupança e a incontestável vantagem fiscal dos PPR e FPA como veículo preferencial face a outros instrumentos do mercado.

Os resultados alcançados são demonstrativos do sucesso desta aposta, com um aumento do volume sob gestão de cerca de 14 milhões de euros nos PPR e de 15 milhões de euros nos Fundos de Pensões Abertos, representando um crescimento de 26% e de 74%, respetivamente, face a 2021. Este crescimento é ainda mais extraordinário quando comparado com o comportamento do mercado que apresentou um decréscimo de 2% nos PPR e de 5% nos Fundos de Pensões Abertos.

Fruto da fusão com a Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões pela SGF, os Fundos de Pensões Fechados reforçaram o seu peso na carteira da SGF, passando a representar 46% dos ativos sob gestão da Entidade. Nesta linha de negócio, a SGF viu crescer os seus ativos sob gestão em mais de 150%.

Do ponto de vista das soluções empresariais, confirma-se a alteração, de que vínhamos dando nota, da forma como as empresas encaram a problemática da reforma, com a concretização de mais 7 contratos de adesão coletiva e implementação de vários programas de *employee benefits* em novas empresas.

Congratulamo-nos, uma vez mais, pelo convite em participar em vários concursos para a gestão de planos de pensões, reforçando a notoriedade e prestígio da SGF.

Perspetivamos um crescimento deste segmento considerando as propostas apresentadas, cuja decisão ainda não foi tomada.

Mantemos a expectativa no desenvolvimento do segmento de negócio de investimento em FPA com vista à exclusão da tributação das mais-valias imobiliárias.

Seguros de que a dinamização da atividade comercial, por força das parcerias estabelecidas com importantes players do mercado da mediação, corretagem e setor bancário se afigura como promissora, acreditamos que 2023 reforçará a tendência de crescimento dos últimos anos.

O processo de desenvolvimento digital em curso, será determinante para posicionar a SGF como a Sociedade Gestora de Fundos de Pensões de referência.

Carteira sob gestão

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros					
PPRs	2020	2021	2022	Variação 2021/2022	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Poupança Garantida	8 029	7 807	6 367	-1 440	-18%
Poupança Conservadora	8 866	8 307	9 239	932	11%
Poupança Equilibrada	4 843	8 025	11 616	3 591	45%
Poupança Ativa	2 960	6 320	11 496	5 176	81%
Poupança Dinâmica	3 178	7 271	8 256	985	14%
PPR Stoik	3 642	9 168	13 996	4 828	53%
PPR MDS Equilíbrio	329	625	841	216	35%
PPR Top Gestores	3 946*	7 068	6 563	-505	-7%
PPR Doutor Finanças	0	0	384**	-	-
TOTAL	35 791	54 591	68 758	13 783	26%

* Fundo constituído a 25.05.2020

** Fundo constituído a 14.09.2022

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Abertos	2020	2021	2022	Variação 2021/2022	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Reforma Garantida	2542	2 590	3 449	859	33%
Reforma Conservadora	5 915	5 960	9 339	3 379	57%
Reforma Equilibrada	4 140	5 148	14 872	9 724	189%
Reforma Stoik	1879	3 778	4 636	858	23%
Square Ações	2 598	2 811	2 990	179	6%
TOTAL	17 074	20 287	35 286	14 999	74%

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Fechados	2020	2021	2022	Variação 2021/2022	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
CHAMUSCA	620	640	591	-49	-8%
CIN	6 745	6 904	6 095	-809	-12%
ECM	1 259	1 308	1 159	-149	-11%
EUROSPUMA	2 565	2 557	0*	-	-
OREY	888	794	711	-83	-10%
SCML	7 907	7 731	7 228	-503	-7%
SNQTB	5 167	5 263	4 956	-307	-6%
SOLVAY	7 716	8 048	7 496	-552	-7%
UNA	2 033	2 105	1 891	-214	-10%
FP P TLP**	52 614	50 078	38 504	-11 574	-23%
FP TDP**	5 040	4 926	1 241	-3 685	-75%
FP Marconi**	22 202	23 961	18 796	-5 165	-22%
TOTAL	114 755	109 389	88 668	-23 090	-19%

* Fundo liquidado a 15.02.2022

** Fundos geridos pela ex-Previsão até à fusão desta por incorporação na SGF em Dezembro de 2022.

Unidade: milhares de euros					
Resumo	2020	2021	2022	Variação 2021/2022	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
PPRs	35 791	54 591	68 758	13 783	26%
Fundos Abertos	17 074	20 287	35 286	14 999	74%
Fundos Fechados	114 755	109 389	88 668	-23 090	-19%
TOTAL	167 620	184 267	192 712	6 076	5%

Rendibilidades

PPRs	2020	2021	2022	Últimos 3 Anos (Média)
Poupança Garantida	-1,69%	1,86%	-6,12%	-1,98%
Poupança Conservadora	-0,09%	4,50%	-6,18%	-0,59%
Poupança Equilibrada	0,74%	5,34%	-6,92%	-0,28%
Poupança Ativa	1,47%	8,95%	-7,11%	1,10%
Poupança Dinâmica	5,31%	11,82%	-7,41%	3,24%
PPR Stoik	6,09%	13,09%	-17,94%	0,41%
PPR MDS Equilíbrio	-1,74%	2,23%	-9,50%	-3,00%
PPR Top Gestores	8,11%*	9,52%	-15,08%	-
PPR DR Finanças	0%	0%	-4,59%**	-

* Fundo constituído a 25.05.2020

** Fundo constituído a 14.09.2022

Fundos de Pensões Abertos	2020	2021	2022	Últimos 3 Anos (Média)
Reforma Garantida	-1,14%	1,95%	-5,83%	-1,67%
Reforma Conservadora	-0,71%	3,99%	-6,53%	-1,08%
Reforma Equilibrada	0,08%	5,56%	-6,53%	-0,30%
Reforma Stoik	4,98%	16,11%	-19,94%	0,38%
Square Ações	-6,89%	1,52%	-3,70%	-3,02%

Área Atuarial, Risco e Compliance

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF salientamos a publicação e entrada em vigor de:

- Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 7 de junho, que estabelece as regras da atividade seguradora e da atividade da gestão de Fundos de Pensões em matéria de conduta de mercado;
- Norma Regulamentar n.º 10/2022-R de 17 de maio que altera a Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, relativamente às estruturas de governação clarificando algumas regras das Comissões de Acompanhamento;
- Norma Regulamentar n.º 12/2022 de 29 de novembro que altera a Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, em matéria de qualificação adequada, formação e aperfeiçoamento profissional contínuo;
- Lei n.º 19/2022 de 21 de outubro que estabelece um regime extraordinário de resgate de PPR, como medida de apoio às famílias.

O valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal no final de 2022 registou um decréscimo de 11,6% em relação ao final de 2021, totalizando cerca de 21 mil milhões de euros, segundo dados publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Continua a verificar-se uma forte concentração dos Fundos de Pensões nas 7 principais gestoras, que continuam a representar cerca de 95% do total dos fundos geridos, sendo que uma parte substancial desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos financeiros.

Em 2022 verificámos não haver alteração na disponibilidade dos nossos Associados para o normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos Fundos de Pensões. O aumento das taxas de desconto possibilitou compensar as perdas sofridas pelas carteiras face às quebras verificadas nos mercados financeiros.

Foi reforçado o investimento na infraestrutura informática da SGF e no desenvolvimento digital da empresa.

Parte da atividade da empresa continua a ser desenvolvida via teletrabalho, não tendo sido registados quaisquer incumprimentos durante o período, garantindo-se integralmente as obrigações legais da SGF.

Resultados

Resultados em euros (€)	2022	2021	Variação
Serviços prestados	2 197 000,37	1 196 784,60	1 000 215,77
Fornecimentos e serviços externos	(1 040 780,74)	(659 365,53)	(381 415,219)
Gastos com o pessoal	(580 956,42)	(299 949,35)	(281 007,07)
Provisões (aumentos/reduções)	(379 277,57)	42 607,05	(421 884,62)
Aumentos/ reduções de justo valor	(80 515,67)	67 148,61	(147 664,28)
Outros rendimentos e ganhos	51240,45	5 589,32	45 651, 13
Outros gastos e perdas	(47 562,06)	(48 566,64)	1 004, 58
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(26 860,71)	(10 866,93)	(15 993,78)
Resultado operacional	92 287,65	293 381,13	(201 093,48)
Resultados antes de impostos	92 87,65	293 381,13	(201 093,48)
Imposto sobre o rendimento do período	(43 486,15)	(14 265,80)	(29 220,35)
Resultado líquido do período	48 801,50	279 115,33	(230 313,83)

O aumento dos serviços prestados, nomeadamente as comissões de gestão, colaborou para o resultado positivo.

As rubricas que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- aumento das comissões de gestão;
- aumento de outros rendimentos e ganhos;
- diminuição de outros gastos e perdas.

As rubricas que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- aumento dos fornecimentos e serviços externos.
- aumento dos gastos com o pessoal;
- aumento das provisões constituídas;
- aumento do justo valor da carteira;

Margem de solvência

	2022	2021
Margem a Constituir	923 996,26	800 000,00
Elementos de Cobertura	1 429 675,06	1 274 897,33
Excedente de Cobertura	505 678,80	474 897,33
Taxa de Cobertura	154,73%	159,36%

A Margem a constituir está acima do valor mínimo legal com uma taxa de cobertura de 154,73%.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto de o resultado líquido ser positivo, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados: 48.801,50 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 48.804,74 euros.

Perspetivas futuras

Para a SGF 2022 foi mais um ano de consolidação em duas dimensões importantes: crescimento e rentabilidade.

A confiança merecida por um número cada vez maior de clientes fez da SGF **a única empresa a crescer no mercado português, no Ranking das Entidades Gestoras** da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Porque o nosso sucesso é o sucesso dos nossos clientes, não menos importante foi o facto de os PPR SGF terem alcançado, nos diferentes níveis de risco, o Top 5 de Rentabilidades da APFIPP.

Com o aproximar do fim do ano, a Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões foi fundida com a SGF, numa conjugação de princípios e com o objetivo de fortalecer a nossa ambição em sermos a referência para soluções de poupança em Portugal.

Como mencionado no ano passado, mantemos o foco na inovação e tecnologia, permitindo facilitar e simplificar o acesso a soluções de poupança e a um maior conhecimento sobre as perspetivas e desafios do futuro.

O investimento feito em tecnologia será o grande motor para a simplificação de processos e de aposta numa jornada que se quer digital para os nossos atuais e futuros clientes. Tal justificou a necessidade de integrar colaboradores especializados em áreas como Product Manager e Fullstack Developer.

O lançamento da APP MySGF será mais um marco na nossa história, permitindo que os clientes acompanhem a evolução da sua poupança, um contacto mais próximo e célere com a SGF aumentando assim a ligação entre a SGF e os seus clientes, bem como a ligação entre os nossos clientes e as suas poupanças.

É assim que vemos o futuro, com uma perspetiva de desenvolvimento de negócio, novos canais de captação, novas ofertas e soluções de poupança, num ambiente digital, mas próximo e de grande acompanhamento.

Por tudo isto, a equipa SGF não poderia estar mais grata pelo voto de confiança dos nossos clientes, que nos leva a dizer todos os dias e com crescente convicção que de poupança sabemos nós.

Considerações Finais

Após o fim do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de poupança e reforma;

Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;

Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;

Ao Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;

À ASF e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;

Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;

Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;

A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2022, pelo empenho e dedicação.

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da empresa.

Lisboa, 28 de março de 2023

O Conselho de Administração

António Nunes da Silva

Presidente

Sérgio Ruivinho

Nuno Basílio

João Matos

Rita Appleton

João Quintanilha

Administradores

Declaração Sobre Política De Remunerações

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 4/2022 da ASF. A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas pelo Conselho de Administração, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - a) Os Administradores executivos deverão ser remunerados, excepto se houver deliberação expressa em contrário, sendo que os Administradores não executivos poderão ser remunerados ou não consoante o que for deliberado, podendo a remuneração ser por atribuição de senha de presença ou outra forma;
 - b) No termo das suas funções a Administração Executiva tem o direito de receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções;
 - c) Remuneração por senha de presença, para os Administradores não executivos em função das reuniões assistidas
 - d) A SGF não procedeu durante o ano de 2022 ao pagamento de quaisquer indemnizações nem as mesmas se mostraram devidas, a ex-membros do órgão de administração;
 - e) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores.
 - f) A remuneração do Conselho Fiscal é auferida por senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 3) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - a) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de junho e novembro correspondente aos subsídios de férias e Natal;
 - b) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;
 - d) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo e que efetuaram as transações durante o exercício de 2022 que a seguir se discriminam:

Nome da sociedade, do titular e participação detida	Relação acionista	Aquisição 2022	Alienação 2022
Baobá –Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	Baobá é acionista (20%) da Golden Wealth Management-SGPS, S.A.	0	0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

SGF

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	28
Demonstração dos Resultados	29
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	30
Demonstração dos Fluxos de Caixa	31
1. Introdução	33
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	33
3. Principais políticas contabilísticas	34
3.1. Bases de apresentação.....	34
3.2. Outros instrumentos financeiros.....	34
3.3. Ativos fixos tangíveis.....	35
3.4. Ativos intangíveis	35
3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	36
3.6. Imposto sobre o rendimento	36
3.7. Clientes e outros créditos a receber	37
3.8. Provisões.....	37
3.9. Rédito.....	37
3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	38
3.11. Acontecimentos subsequentes.....	39
4. Fluxos de caixa	39
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros.....	39
6. Partes relacionadas.....	40
6.1. Relacionamentos com empresas-mãe.....	40
6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização.....	40
6.3. Transações entre partes relacionadas.....	40
7. Ativo fixo tangível.....	41
8. Ativo intangível.....	43
9. Ativos financeiros detidos para negociação.....	43
10. Outros ativos financeiros.....	44
11. Imposto sobre o rendimento	45
12. Clientes	46
13. Outros créditos a receber	47
14. Diferimentos ativos.....	47
15. Capital subscrito	47
16. Reservas legais.....	48
17. Outras reservas.....	48
18. Resultados transitados.....	48
19. Provisões e Passivos Contingentes	48
20. Fornecedores.....	49
21. Estado e outros entes públicos.....	49
22. Outras dívidas a pagar	49
23. Rédito.....	50
24. Fornecimentos e serviços externos.....	50
25. Gastos com o pessoal	51
26. Aumentos/reduções de justo valor	52
27. Outros Rendimentos	52
28. Outros gastos.....	52
29. Gestão dos riscos financeiros	53
30. Informações exigidas por diplomas legais.....	53
31. Compromissos e contingências.....	53
32. Eventos Subsequentes.....	54

Balanço

	Nota	2022	2021
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	52.904,30	51.904,82
Ativos intangíveis	8	195.675,95	1.285,73
Outros ativos financeiros	10	7.612,63	6.212,08
Ativos por impostos diferidos		5.965,46	-
Total ativo não corrente		262.158,34	59.402,63
Corrente			
Clientes	12	158.468,29	269.508,46
Estado e outros entes públicos	21	-	-
Outros créditos a receber	13	40.561,03	10.831,07
Diferimentos	14	38.685,70	31.225,21
Ativos financeiros detidos para negociação	9	293.284,66	399.673,89
Outras ativos financeiros	10	608,13	896,50
Caixa e depósitos bancários	4	3.779.868,63	2.433.140,83
Total ativo corrente		4.311.476,44	3.145.275,96
Total do Ativo		4.573.634,78	3.204.678,59
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	1.000.000,00	2.000.000,00
Reservas legais	16	459.465,29	101.714,46
Outras reservas	17	117.083,98	15.966,59
Resultados transitados	18	0,24	(1.120.613,32)
Resultado líquido do período		48.801,50	279.115,33
Total do Capital Próprio		1.625.351,01	1.276.183,06
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	177.588,38	3.735,72
		177.588,38	3.735,72
Corrente			
Fornecedores	20	193.224,80	14.903,68
Estado e outros entes públicos	21	78.491,64	15.072,85
Outras dívidas a pagar	22	2.498.978,95	1.893.993,78
Diferimentos		-	789,50
		2.770.695,39	1.924.759,81
Total do passivo		2.948.283,77	1.928.495,53
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.573.634,78	3.204.678,59

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Resultados

Vendas e serviços prestados
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos
Fornecimentos e serviços externos
Gastos com o pessoal
Provisões (aumentos/reduções)
Aumentos/ reduções de justo valor
Outros rendimentos
Outros gastos

Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Gastos/ reversões de depreciação e de amortização

Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Juros e rendimentos similares obtidos
Juros e gastos similares suportados

Resultados antes de impostos

Imposto sobre o rendimento do período

Resultado líquido do período

Nota	2022	2021
23	2.197.000,37	1.196.784,60
-	-	-
24	(1.040.780,74)	(659.365,53)
25	(580.956,42)	(299.949,35)
19	(379.277,57)	42.607,05
26	(80.515,67)	67.148,61
27	51.240,45	5.589,32
28	(47.562,06)	(48.566,64)
	119.148,36	304.248,06
7/8	(26.860,71)	(10.866,93)
	(26.860,71)	(10.866,93)
	92.287,65	293.381,13
	-	-
	-	-
	92.287,65	293.381,13
11	(43.486,15)	(14.265,80)
	48.801,50	279.115,33

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2021	2.000.000,00	99.403,66	15.966,59	(1.164.518,53)	46.216,01	997.067,73
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	2.310,80	-	43.905,21	(46.216,01)	-
	-	-	-	43.905,21	(46.216,01)	-
Resultado líquido do período					279.115,33	279.115,33
Resultado integral	-	-	-		279.115,33	279.115,33
Posição a 31 de dezembro de 2021	<u>2.000.000,00</u>	<u>101.714,46</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(1.120.613,32)</u>	<u>279.115,33</u>	<u>1.276.183,06</u>
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(1.000.000,00)	357.750,83	101.117,39	1.120.613,56	(279.115,33)	-
	(1.000.000,00)	357.750,83	101.117,39	1.120.613,56	(279.115,33)	300.366,45
Resultado líquido do período					48.801,50	48.801,50
Resultado integral	-	-	-	-	48.801,50	48.801,50
Posição a 31 de dezembro de 2022	<u>1.000.000,00</u>	<u>459.465,29</u>	<u>117.083,98</u>	<u>0,24</u>	<u>48.801,50</u>	<u>1.625.351,01</u>

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.465.230,14	1.094.102,29
Pagamentos a fornecedores		(1.263.975,16)	(539.848,37)
Pagamentos ao pessoal		(642.664,11)	(298.963,24)
Caixa gerada pelas operações		558.590,87	255.290,68
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(54.763,68)	494,23
Outros recebimentos/ pagamentos		226.858,47	1.145.245,27
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		730.685,66	1.401.030,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(24.596,10)	(38.291,83)
Ativos intangíveis		-	(1.331,10)
Investimentos Financeiros		(66.035,60)	(127.867,54)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		10,00	16.284,22
Investimentos Financeiros		138.962,93	383,64
Juros e rendimentos similares		307,12	
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		48.648,35	(150.822,61)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		(1.500.000,00)	-
Juros e gastos e similares		(7.056,89)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.507.056,89)	-
Variação de caixa e seus equivalentes		(864.248,61)	1.250.207,57
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período (inclui disponibilidades no início do período da "Previsão")		4.644.117,24	1.182.933,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.779.868,63	2.433.140,83
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		2.500,00	1.000,00
Descobertos bancários			
Depósitos bancários		3.777.368,63	2.432.140,83
Outras aplicações de tesouraria			
	4	3.779.868,63	2.433.140,83

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

ANEXOS

1. Introdução

A empresa SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Av. da Liberdade, 190 6º A, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2022 constituída por onze Fundos Fechados, cinco Fundos Abertos e por nove fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Em 23 de novembro de 2022, a SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, celebrou um projeto com vista à fusão por incorporação consubstanciada na transferência global do património da incorporada PREVISÃO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, o que permitiu o enquadramento no regime especial de neutralidade fiscal.

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	2022	2021
Fundos fechados	88.670.041,32	35.337.585,22
Fundos abertos	35.285.877,58	20.227.129,60
Fundos representados por PPR	68.759.918,59	54.413.098,71
	<u>192.715.837,49</u>	<u>109.977.813,53</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião a 28 de março de 2023. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2. Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a deprecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3-5

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, na medida em que eventuais ajustamentos revelar-se-iam materialmente irrelevantes.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos. No exercício económico de 2022, não se registaram diferenças temporárias tributáveis, pelo que não existiram situações geradoras de reconhecimento de impostos diferidos.

3.7. Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída em 31 de dezembro de 2022, corresponde ao valor presente da obrigação resultante do facto de a sociedade garantir determinadas taxas de rentabilidade/valorização em certos produtos da gama PPR. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o montante do compromisso e o da valorização estimada dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos de vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;

- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas em termos de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas mesmas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

- a) **Provisões:** a quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente à data do balanço;
- b) **Justo valor dos investimentos financeiros:** o justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.
- c) **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores:** as perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela SGF quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida em resultado do facto de serem de rápida rotação.

Não é comparável o saldo de “Caixa e seus equivalentes” no início do período de 2022 com o mesmo saldo no final do período anterior, dado se ter incorporado o montante de 2.074.450,68€, relativos as disponibilidades iniciais da “Previsão”.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2022	2021
Numerário		
Caixa	2.500,00	1.000,00
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	3.777.368,63	2.432.140,83
Depósitos a prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	3.779.868,63	2.433.140,83

5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Não se verificaram alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controle, ou seja, o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 90,72% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, o qual em 31 de dezembro de 2022, se compunha por sete membros. Um administrador executivo, auferiu uma remuneração fixa mensal, os administradores não executivos e os membros do conselho fiscal foram remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

	2022	2021
Remunerações	28.000,08	10.000,00
Senhas de presença	9.100,00	0,00
	37.100,08	10.000,00

6.3. Transações entre partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2022 eram os seguintes:

	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	7.738,81	-	-	-
Saldos de fornecedores	-	-	(14.200,76)	(99.423,52)
Saldos de devedores e credores por acréscimos	-	-	-	16.758,66
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	(25.596,71)	(5.924,33)	-
	7.155,79	(25.596,71)	(20.125,09)	(82.664,86)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como se segue:

	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(8.127,45)	(67.149,55)
Serviços de consultoria suportados			-	(30.000,00)
Gastos suportados com comissões	-	-	(216.485,22)	(214.044,49)
Gastos suportados com protocolos	-	-	-	-
Rendimentos relativos a comissões recebidas	32.752,90	-	-	-
	32.752,90	-	(224.612,67)	(311.194,04)

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021 eram os seguintes:

	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	8.373,52	-	-	-
Saldos de fornecedores	-	-	(11.190,04)	(564,74)
Saldos de devedores e credores por acréscimos	-	-	-	(28.258,71)
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	(25.596,71)	(6.209,17)	-
	7.790,50	(25.596,71)	(17.399,21)	(28.823,45)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como segue:

	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(7.105,84)	(59.493,18)
Gastos suportados com comissões	-	-	(101.375,06)	(118.201,34)
Gastos suportados com protocolos	-	(2.673,88)	-	-
Rendimentos relativos a comissões recebidas	34.319,29	-	-	-
	34.319,29	(2.673,88)	(108.480,90)	(177.694,52)

7. Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2022			
Descrição	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	151.677,04	49.519,17	201.196,21
Quantia bruta escriturada inicial (Previsão)	90.951,50	5.858,93	96.810,43
Amortizações acumuladas iniciais	(106.209,80)	(43.081,59)	(149.291,39)
Amortizações acumuladas iniciais (Previsão)	(88.215,57)	(5.858,93)	(94.074,50)
Aquisições	24.615,10		24.615,10
Amortizações do exercício	(26.351,55)	-	(26.351,55)
Saldo final líquido	46.466,72	6.437,58	52.904,30

2021			
Descrição	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	113.385,21	49.519,17	162.904,38
Amortizações acumuladas iniciais	(95.650,13)	(43.081,59)	(138.731,72)
Aquisições	38.291,83		38.291,83
Amortizações do exercício	(10.559,67)	-	(10.559,67)
Saldo final líquido	45.467,24	6.437,58	51.904,82

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.3. As depreciações do exercício, no montante de €26.351,55 (€10.559,67 em 2021), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. A aquisição de equipamento administrativo está relacionada com a compra de um servidor.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2022.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2022	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	109.866,59	109.866,59
Amortizações acumuladas iniciais	(108.580,86)	(108.580,86)
Aquisições	194.899,38	-
Depreciações do exercício	(509,16)	(509,16)
Saldo final líquido	195.675,95	776,57

Descrição	2021	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	108.535,49	108.535,49
Amortizações acumuladas iniciais	(108.273,60)	(108.273,60)
Aquisições	1.331,10	1.331,10
Depreciações do exercício	(307,26)	(307,26)
Saldo final líquido	1.285,73	1.285,73

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As amortizações do exercício, no montante de €509,16 (€307,26 em 2021), foram registradas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

As aquisições ocorridas durante o exercício de 2022, referem-se a Ativos Intangíveis em Curso, relacionadas com o desenvolvimento de programas de tratamento de dados pelas entidades “Angry Ventures” e “Link Consulting”.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9. Ativos financeiros detidos para negociação

A rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação” encontra-se registada pelo justo valor, mensurada de acordo com a respetiva cotação de mercado ativo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2022		
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	399 673,89	-	399 673,89
Aquisições	23 078,58	-	23 078,58
Alienações	(127 642,19)	-	(127 642,19)
Outras variações	(1 217,49)	-	(1 217,49)
	293 892,79	-	293 892,79

Comparativamente ao ano 2021 as alienações em 2022 na carteira própria atingiram o valor de 127.642,19€. Os mercados contribuíram para que a variação do justo valor fosse negativa.

	Métodos de mensuração 31-12-2021		
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	220 063,01	-	220 063,01
Aquisições	92 197,53	-	92 197,53
Alienações	15 031,03	-	15 031,03
Outras variações	72 382,32	-	72 382,32
	399 673,89	-	399 673,89

10. Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido nas rubricas "Outros ativos financeiros", foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2022	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	7.108,58	6.212,08
Outras variações	(6.500,45)	(5.631,81)
Outros ativos financeiros	7.612,63	7.612,63
	8.220,76	8.220,76

	Métodos de mensuração 31-12-2021	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	6.239,94	6.239,94
Outras variações	(5.343,44)	(5.343,44)
Outros ativos financeiros	6.212,08	6.212,08
	7.108,58	7.108,58

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações bem como contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Ativo corrente	2022	2021
Outros Ativos Financeiros	608,13	896,50
Total	608,13	896,50

Ativo não corrente	2022	2021
Outros Ativos Financeiros (a)	7.612,63	6.212,08
Total	7.612,63	6.212,08

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pelo Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

11. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais de exercícios anteriores estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €25.000,00 de lucro tributável e de 21% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

Não foram registados ativos por impostos diferidos pelo fato de não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os prejuízos fiscais reportáveis, cuja dedução na matéria coletável apurada no presente exercício, ascende a 385.634,58€, apresentam-se conforme se segue:

Prejuízos fiscais gerados em	Montante disponível	Montante Utilizado no período	Montante Disponível após utilização	Data limite de utilização
2016	113.620,77	113.620,77	-	-
2017	163.945,69	163.945,69	-	-
2018	112.500,25	108.068,12	4.432,13	2024
	390.066,71	385.634,58	4.432,13	

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, tem o seguinte detalhe:

	2022	2021
Resultado líquido antes de impostos	92.287,65	293.381,13
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Outras variações	-	-
Soma	92.287,65	293.381,13
Correções relativas aos exercícios anteriores	1.470,40	8.301,98
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporais	457.148,50	(116.096,41)
Prejuízos fiscais deduzidos	(385.634,58)	(129.910,69)
Matéria Colectável	165.271,97	55.676,01
Coleta	33.707,11	10.691,96
Derrama	8.263,60	2.783,80
Tributações autónomas	1.515,44	790,04
Imposto corrente	43.486,15	14.265,80
Imposto diferido	-	-
Gasto com o imposto sobre o rendimento	43.486,15	14.265,80

12. Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2022	2021
Fundos de Pensões	158.468,29	269.508,46
	158.468,29	269.508,46

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2023.

13. Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2022	2021
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Mediadores	3.463,38	2.506,54
Comissão de Gestão	5.634,13	4.358,77
Outros devedores	31.463,52	3.965,76
Outros créditos a receber	40.561,03	10.831,07

(i) Do qual 24.592,82€ se reportam a créditos reconhecidos pela “Previsão” à anterior empresa-mãe.

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2 647,55	2 647,55
Seguros	12 453,66	11 353,06
Outros gastos diferidos	23 584,49	17 224,60
Gastos a reconhecer	38 685,70	31 225,21

(i) Do qual 15.995,43€ se refere a serviços especializados a reconhecer, faturados pelas entidades “Nova Base”, “Bloomberg” e “Cleva/I2S”.

15. Capital subscrito

O capital subscrito é constituído por 1.000.000 ações nominativas, com o valor de €1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social apresenta a seguinte distribuição:

	% de	2022 Número	Capital
	ações	de ações	Subscrito
Golden Wealth Management - S.G.P.S., S.A.	90,72%	907.234	907.234,00
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	5,86%	58.597	58.597,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	3,42%	34.168	34.168,00
Capital Social	100%	1.000.000	1.000.000,00

16. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A 31 de dezembro de 2022, a reserva legal ascende 459.465,29€, estando o movimento dos anos de 2021 e 2022 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

17. Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2022 e 2021 encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18. Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência da deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas, verificaram-se, em resultado da diminuição do capital social conforme ata n.º 56 da AG realizada em 15 de novembro de 2022, operações com reflexo na conta “Resultados transitados”, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os movimentos efetuados nos exercícios encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19. Provisões e Passivos Contingentes

a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 tem o seguinte detalhe:

		2022				
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes		3.735,72	484.983,97	105.706,40	205.424,91	177.588,38
Total		3.735,72	484.983,97	105.706,40	205.424,91	177.588,38

		2021				
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes		51.771,78	18.813,97	61.421,02	5.429,01	3.735,72
Total		51.771,78	18.813,97	61.421,02	5.429,01	3.735,72

Os movimentos registados nesta rubrica consubstanciam-se na utilização da provisão e redução da garantia do Fundo de Pensões Poupança Garantida. A mesma é renovada por período adicional de 3 anos.

20. Fornecedores

A empresa líquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

21. Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2022		2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	34 088,99	-	3 899,23
Impostos s/ rendimento - IRS	-	8 961,02	-	2 448,03
Imposto sobre o valor acrescentado		2.071,38		
Contribuição Segurança Social	-	12 614,60	-	5 099,64
Imposto de selo	-	20 755,65	-	3 625,95
Total	-	78 491,64	-	15 072,85

22. Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	2022	2021
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	87.688,05	53.058,27
Mediadores	57.802,38	44.113,60
Outras dívidas por acréscimo	50.997,65	123.788,86
Outras dívidas a pagar (i)	2.302.490,87	1.673.033,05
Outras dívidas a pagar	2.498.978,95	1.893.993,78

(i) o montante de €2.231.129,71 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da SGF no final do exercício de 2022 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2023.

A rubrica “Remunerações a liquidar” regista a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar aos colaboradores da SGF no ano seguinte.

23. Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é detalhado conforme se segue:

	2022		2021	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de Subscrição	30.502,74	1,3%	33.408,77	2,8%
Comissões de Gestão	1.527.878,25	69,7%	1.159.518,25	96,9%
Comissões de Reembolso	8.967,97	0,4%	3.857,58	0,3%
Serviços a clientes (i)	629.651,66	28,7%	-	-
Total das prestações de serviços	2.197.000,37	100,0%	1.196.784,60	100,0%
Juros obtidos	-	0,0%	57,00	0,0%
Dividendos	307,12	0,0%	326,64	0,0%
Total do rédito	2.197.307,49	100,0%	1.197.168,24	100,0%

- (i) Os montantes referidos na rubrica “serviços a clientes” refere-se ao rédito relacionado com a “Previsão”, no âmbito do processo de fusão.

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 27.

24. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Subcontratos	31.026,72	-
Trabalhos especializados	321.881,61	205.903,66
Publicidade e Propaganda	18.596,67	21.000,70
Honorários	23.677,50	984,00
Comissões	485.796,58	237.570,11
Conservação e reparação	35.652,55	704,76
Outros trabalhos especializados	13.587,08	112.264,91
Materiais	2.985,40	3.199,72
Energia e fluidos	4.341,00	1.242,97
Deslocações e estadas	2.381,86	246,97
Rendas e alugueres	58.896,27	44.450,58
Comunicação	10.877,10	8.480,21
Seguros	15.079,28	12.910,05
Outros serviços diversos	16.001,12	10.406,89
	1.040.780,74	659.365,53

A contribuição da “Previsão” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

	2022
Subcontratos	31.026,72
Trabalhos especializados	9.038,52
Honorários	23.677,50
Conservação e reparação	35.652,55
Outros trabalhos especializados	27,68
Energia e fluidos	2.066,99
Deslocações e estadas	2,50
Rendas e alugueres	14.460,03
Comunicação	1.373,20
Seguros	958,89
Outros serviços diversos	4.330,01
	122.614,59

25. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	37.100,08	10.000,00
Remunerações do pessoal	431.336,96	231.363,87
Complementos facultativos de reforma	3.475,18	4.485,11
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	104.666,95	51.447,31
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.377,25	2.110,25
Outros gastos com pessoal:		
Outros gastos	-	542,81
	580.956,42	299.949,35

A dotação da “Previsão” na rubrica “Gastos com o pessoal” no período findo em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

	2022
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	-
Remunerações do pessoal	130.990,37
Complementos facultativos de reforma	-
Indemnizações	-
Encargos sobre remunerações	39.005,16
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.266,54
Outros gastos com pessoal:	
Outros gastos	-
	172.262,07

26. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme segue:

	2022	2021
Obrigações	36,54	(59,84)
Ações	(70.086,33)	65.374,20
Unidades de participação imobiliária	(10.177,51)	(295,77)
Unidades de participação mobiliária	(288,37)	2.130,02
	(80.515,67)	67.148,61

27. Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Ganhos em outros instrumentos financeiros	46 910,07	1 253,19
Juros obtidos (Nota 23)	-	57,00
Dividendos obtidos (Nota 23)	307,12	326,64
Correções relativas a períodos anteriores	551,69	2 419,66
Excesso de estimativa para impostos	2 293,66	-
Aluguer de equipamento	789,50	947,40
Outros não especificados	388,41	585,43
Total	51 240,45	5 589,32

28. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é detalhada conforme segue:

	2022	2021
Impostos e taxas	1 616,00	1 894,23
Bonificações de fidelidade	26 452,03	26 842,94
Quotizações	13 673,25	7 013,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 470,40	8 301,98
Garantias atribuídas a clientes	-	-
Outros gastos	4 350,38	4 514,49
	47 562,06	48 566,64

29. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e liquidez:

- O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes segmentos;
- O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou taxa variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- O risco cambial decorre essencialmente da exposição a índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem expressividade muito reduzida;
- O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- O risco de liquidez é gerido de forma prudente através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com a Revisão Legal de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €6.150,00 no ano de 2022, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

31. Compromissos e contingências

Na presente data, e em resultado do projeto de “Fusão”, ficou assumida uma responsabilidade de entregar ou disponibilizar, em conta bancária a constituir para o efeito, um montante de 10.289,00€, relativo a ações não trocadas, a favor da entidade “Growth Value-Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Não são conhecidos quaisquer outros compromissos ou contingências com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022.

32. Eventos Subsequentes

Na presente data, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 28 de março de 2023

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da SGF. - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (de ora em diante designada «SGF»), apresentar o seu Relatório, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da SGF reportados ao exercício de 2022.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da SGF.

Igualmente apreciamos a Certificação Legal das Contas apresentada pela Luís Miguel Damas & Associados - SROC, Lda, com a qual concordamos.

No que concerne o Relatório e Contas de 2022 verificámos que:

- a) o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da SGF, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adaptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da SGF evidenciando os aspetos mais significativos;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Realçamos a evolução positiva da SGF no exercício de 2022, destacando o aumento do valor dos ativos sob gestão, o resultado líquido do exercício positivo, não obstante o enquadramento do mercado.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- 1) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- 3) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 28 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel
(Presidente)

André Filipe Oliveira de Miranda
(Vogal)

Raul José de Jesus Rosa
(Vogal)



SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Certificação Legal das Contas

Dezembro 2022

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.573.634,78 euros e um total de capital próprio de 1.625.351,01 euros, incluindo um resultado líquido de 48.801,50 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

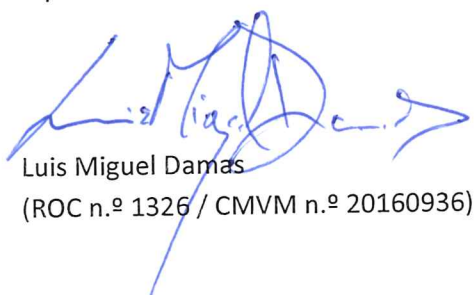
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 28 de março de 2023

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



Luis Miguel Damas
(ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)